



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO AMAZONAS**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

**MANAUS
MARÇO/2012**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO AMAZONAS**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU Nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

**MANAUS
MARÇO/2012**

SUMÁRIO

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	16
1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	16
1.2 RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO	17
1.3 RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO	17
1.4 RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO	17
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010	18
2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	18
2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	20
2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ	22
2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ	22
2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO	23
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa.....	23
2.4.2 Programação de Despesas Correntes.....	23
2.4.3 Programação de Despesas de Capital.....	23
2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	26
2.4.7 Indicadores Institucionais.....	28
3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	29
3.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	29
3.2 ANÁLISE CRÍTICA.....	29
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	30
4.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	30
4.2 ANÁLISE CRÍTICA.....	30
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	31
5.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	31
5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada	31
5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada	31
5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada	32
5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade.....	32
5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade.....	32
5.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS	33
5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria	33
5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada.....	33
5.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	34
5.4 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	35
5.5 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA UNIDADE JURISDICIONADA.....	36
5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão	36
5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados	36
5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade.....	36
5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão.....	37
5.6 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS	38
6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	39
6.1 INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO	39
6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011.....	39

6.1.2	Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios.....	40
6.2	INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE	42
6.3	ANÁLISE CRÍTICA.....	44
7.	PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	45
7.1	MODELO DA DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	45
8.	PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	46
8.1	SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93	46
8.2	ANÁLISE CRÍTICA.....	46
9.	PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	47
9.1	ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	47
10.	PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	49
10.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	49
11.	PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº108, DE 24/11/2010.	51
11.1	GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	51
12.	PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	53
12.1	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	53
13.	PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	54
13.1	DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO.....	54
13.1.1	Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício	54
13.1.2	Utilização dos cartões de crédito corporativo da unidade.....	55
14.	PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	56
14.1	RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ.....	56
14.2	VALORES RENUNCIADOS E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA	56
14.3	CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOA JURÍDICA E FÍSICA	56
14.4	BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA TRIBUTÁRIA - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICA	56
14.5	PROGRAMAS ORÇAMENTÁRIOS FINANCIADOS COM CONTRAPARTIDA DE RENÚNCIA DE RECEITA TRIBUTÁRIA.....	56
14.6	PRESTAÇÕES DE CONTAS DE RENÚNCIA DE RECEITAS	56
14.7	COMUNICAÇÕES À RFB.....	57
14.8	INDICADORES DE GESTÃO DA RENÚNCIA DE RECEITAS.....	57
14.9	DECLARAÇÃO.....	57
14.10	FISCALIZAÇÕES REALIZADAS PELA RFB.....	57
15.	PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	58
15.1	DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	58
15.2	DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	59
15.3	RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	60
15.4	RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	62
16.	PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	66
16.1	RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	66
16.2	RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA PENDENTES DE ATENDIMENTO	68
	PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 –.....	69
	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	69
17.	PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010	70
18.	PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	71

18.1	ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA	71
19.	PARTE B, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	72
19.1	ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS ESTATAIS	72
20.	PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN Nº 108, DE 24/11/2010.	73
20.1	COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL.....	73
20.2	COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA UJ COMO INVESTIDORA	73

LISTA DE QUADROS

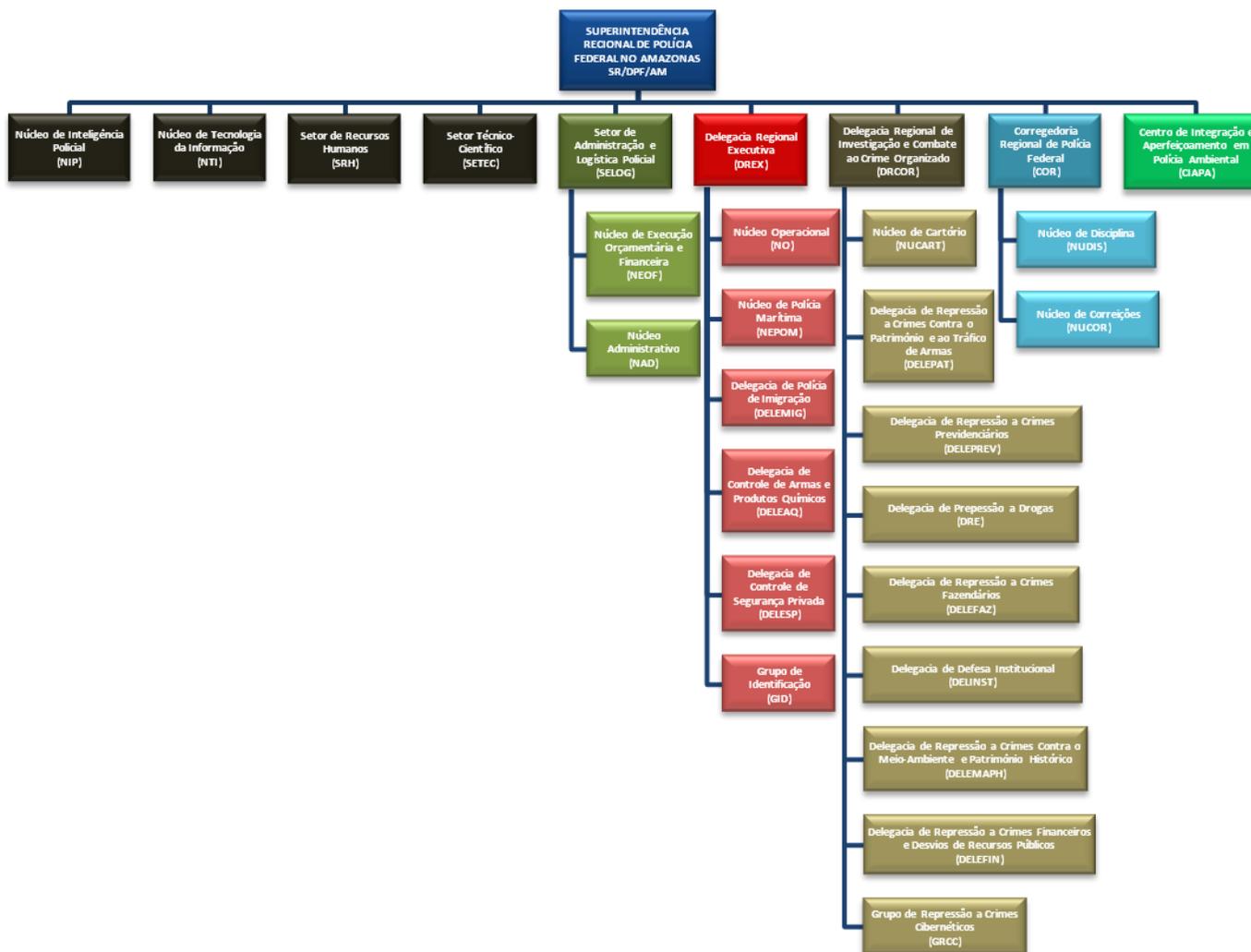
Quadro A.1.2 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado.....	17
Quadro A.1.4 - Identificação – Relatório de Gestão Consolidado e Agregado	17
Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	23
Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ	24
Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	24
Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação	25
Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	26
Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	27
Quadro A.3.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	29
Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	30
Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.....	31
Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	31
Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	32
Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12	32
Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.....	32
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro	33
Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12	33
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários	34
Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	35
Quadro A.5.9 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada	36
Quadro A.5.10 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados	36
Quadro A.5.11 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados.....	36
Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	36
Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	37
Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	39
Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	40
Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes.....	41
Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	42
Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	43
Quadro A.7.1 – declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV	45
Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	46
Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ.....	47
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	49
Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	51
Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada.....	53

Quadro A.13.1 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador (Regime Especial de execução)	54
Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	55
Quadro A.14.2 - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida	56
Quadro A.14.3 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas.....	56
Quadro A.14.4 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas.....	56
Quadro A.14.5 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas	56
Quadro A.14.6 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas	56
Quadro A.14.7 - Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ.....	56
Quadro A.14.8 - Prestações de Contas de Renúncia de Receitas.....	56
Quadro A.14.9 - Comunicações à RFB	57
Quadro A.14.10 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas	57
Quadro A.14.11 - Ações da RFB	57
Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	58
Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	59
Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	60
Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	62
Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício.....	66
Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência	68
Quadro B.4.1 - Composição Acionária do Capital Social.....	73

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

RG – Relatório de gestão
IN – Instrução Normativa
DN – Decisão Normativa
TCU – Tribunal de Contas da União
CGU – Controladoria-Geral da União
Port. – Portaria
UJ – Unidade Jurisdicionada
ACI_ - Autos de constatação e notificação de infração
BDI - Boletins de Distribuição Judicial
BDJ - Boletins de Decisão Judicial – BDJ
CGU – Controladoria-Geral da União
DELESP – Delegacia de Controle de Segurança Privada
DLOG – Diretoria de Administração e Logística Policial
DN – Decisão Normativa
DPF – Departamento de Polícia Federal
DPF/TBT/AM – Delegacia de Polícia Federal em Tabatinga/AM
IN – Instrução Normativa
IPL – Inquérito Policial
LOA – Lei Orçamentária Anual
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PEC – Plano Especial de Cargo
PF – Polícia Federal
PIB – Produto Interno Bruto
PIC - Prontuários de Identificação Criminal
PORT – Portaria
PPA – Plano Plurianual
SR – Superintendência Regional
REF – Registro Eletrônico de Frequência
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SINARM – Sistema Nacional de Armas
SINIC - Sistema Nacional de Identificação Criminal
SINPRO – Sistema Nacional de Procedimentos
SISCART – Sistema Cartorário
SR/DPF/AM – Superintendência Regional da Polícia Federal no Amazonas
TCO – Termo Circunstanciado de Ocorrência
TCU – Tribunal de Contas da União
UG – Unidade Gestora
UO – Unidade Orçamentária
NEOF – Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira
SRH – Setor de Recursos Humanos
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
SELOG – Setor de Administração e Logística Policial

ORGANOGRAMA FUNCIONAL



A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Amazonas está estruturada em cinco (05) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência, uma Delegacia de Polícia Federal em Tabatinga, três (03) Postos Avançados em São Gabriel da Cachoeira, Tefé e Santo Antônio do Içá (Base Garatéia).

Conforme disposto no novo Regimento Interno da PF, normatizado pela Portaria nº 2.877/MJ de 31/12/2011, compõem a estrutura da Superintendência Regional, o **Gabinete**, composto por **quatro (04) Setores** (Setor de Comunicação Social, Setor de Recursos Humanos, Setor Técnico-Científico e Setor de Administração e Logística Policial) e **cinco (05) Núcleos** (Núcleo de Tecnologia da Informação, Núcleo de Inteligência Policial, Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira, Núcleo Administrativo e Núcleo de Identificação), a **Delegacia Regional Executiva**, composta por três (03) Delegacias Especializadas (Delegacia de Polícia de Imigração, Delegacia de Controle de Segurança Privada e Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos), dois (02) Núcleos (Núcleo de Polícia Marítima e Núcleo de Operações) e um (01) grupo (Grupo de Identificação); a **Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado**, composta por três (07) especializadas (Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio e Tráfico de Armas, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários, Delegacia de Repressão a Entorpecentes, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, Delegacia de Defesa Institucional, Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros e Desvio de Recursos Públicos, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros e Desvios de Recursos Públicos); um (01) núcleo (Núcleo Cartório); e um grupo (Grupo de Repressão a Crimes Cibernéticos); a **Corregedoria Regional de Polícia**, composta pelos Núcleos de Correções e Disciplina; e por fim a **Delegacia de Polícia Federal em Tabatinga/AM**.

A área de atuação da SR/DPF/AM não engloba todos os municípios do Estado do Amazonas, que são 62 no total.

A Portaria 2099/2011, de 15/02/2011, publicada no BS 33, de 16/02/2011, que define a circunscrição de atuação das unidades do DPF, descreve que a SR/DPF/AM abrange **46 municípios** (Alvarães, Anamá, Anori, Apuí, Autazes, Barcelos, Barreirinha, Beruri, Boa Vista do Ramos, Borba, Caapiranga, Canutama, Careiro, Careiro da Várzea, Coari, Codajás, Envira, Fonte Boa, Iranduba, Itacoatiara, Itapiranga, Japurá, Juruá, Jutai, Manacapuru, Manaquiri, Manaus, Manicoré, Maraã, Maués, Nhamundá, Nova Olinda do Norte, Novo Airão, Novo Aripuanã, Parintins, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira, São Sebastião do Uatumã, Silves, Tapauá, Tefé, Uarini, Urucará e Urucurituba).

Estão excluídos os municípios: Boca do Acre/AM, Pauini/AM, Eirunepé/AM, Feijó/AM, Guajará/AM, Ipixuna/AM, Itamarati/AM, Humaitá/AM e Lábrea/AM.

A Delegacia de Polícia Federal em Tabatinga/AM – DPF/TBA/AM, abrange **08 municípios** (Amaturá/AM, Atalaia do Norte/AM, Benjamin Constant/AM, Carauari/AM, Santo Antônio do Içá/AM, São Paulo de Olivença/AM, Tabatinga/AM e Tonantis/AM).

Em consonância com o arcabouço legal, que define as atribuições da Polícia Federal, podemos concluir que o papel desta Unidade é contribuir com o cumprimento da missão da Instituição, sendo responsável pela execução das ações da PF na circunscrição supra descrita, tanto na atuação como Polícia Judiciária da União, como na atuação como Polícia Administrativa. Suas atribuições estão assim definidas:

- Planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal no âmbito do Estado do Amazonas;
- Administrar a Delegacia de Polícia Federal localizada no Município de Tabatinga/AM (DPF/TBT/AM), em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das Unidades Centrais;

- Propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Órgão, no âmbito do Estado do Amazonas, subsidiando o planejamento operacional das Unidades Centrais;
- Executar operações policiais relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição da PF, no âmbito do Estado do Amazonas;
- Promover estudos e dispor de dados sobre as ações empreendidas, bem como consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, no âmbito do Estado do Amazonas;
- Adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da SR/DPF/AM e da DPF/TBT/AM.

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Amazonas no ano de 2010, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº TCU 277/2010.

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 107/2010, ou seja, informações gerais de identificação, gestão orçamentária, recursos humanos, informações sobre restos a pagar, determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo e declaração referente ao registro de contratos no sistema SIASG.

A Declaração referente ao item 7 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010, as Informações referentes aos itens 8, 13 e 17 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010, os itens 1 e 5 da parte B, os itens 4 e 31 da parte C e os Quadros II.C.2, II.C.3, II.C.4 e II.C.5 constam no Anexo do presente Relatório de Gestão, visando seguir a numeração da Portaria TCU nº 277/2010. Os itens 14 da parte A, 2 a 4 da parte B, 1 a 3, 5 a 15, 17 a 30 e 32 a 36 da parte C, quadros II.C.1 e II.C.6 e Parte D do anexo II da DN TCU nº 107/2010 não se aplicam à natureza jurídica da UJ.

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Amazonas, enfrenta enormes desafios para cumprir seus objetivos constitucionais. É a maior área extensa das 27 unidades federativas com uma área de 1.570.745,680 km², se fosse um país, seria o 18º maior do mundo em área territorial. Sua bacia hidrográfica é igualmente uma das maiores do mundo, característica que dificulta a logística em comparação ao resto do Brasil, conferindo isolamento da região pela escassez de estradas. A principal via de integração da capital com o interior são os rios, ponto chave para o sucesso do órgão em alcançar toda a sociedade no estado.

As principais realizações da gestão no exercício foram:

- Após a conclusão da obra de reforma do edifício sede, no exercício anterior (2010), finalizou-se a aquisição e instalação de mobília no edifício, em especial nos setores de atendimento ao público (DELEMIG e plantão) e no auditório.
- Instalação de novo sistema informatizado de controle de identificação e acesso de visitantes na sede da SR/DPF/AM, com intercâmbio de informações e sistema de alerta em conjunto com outros bancos de dados, que detecta se o visitante possui mandado de prisão em aberto ou figura em procedimentos criminais.
- Aprimoramento do “Cartório Itinerante” (diligências no interior do Estado, centralizadas na DREX), com maior nível de detalhamento das missões e previsibilidade da data de

cumprimento, englobando não só as atividades de polícia judiciária, mas também de polícia administrativa (controle de imigração e segurança privada).

- Continuidade do processo de especialização das delegacias.
- Conclusão parcial da **execução** da construção da nova Base Anzol (base policial flutuante), cuja entrega foi adiada por atrasos na descentralização dos recursos e pela demora da empresa contratada, estando a entrega do bem prevista para o mês de abril de 2012.
- Atendimento das metas da COGER/DPF, atendendo os índices exigidos, em especial no tocante a relação de IPLs instaurados e relatados, tendo a SR/DPF/AM alcançado o número aproximado de 1800 (um mil e oitocentos) IPLs em andamento, sendo esta marca histórica se comparados aos cerca de 2500 IPLs em trâmites no ano de 2009.
- Expressivo aumento no número de processos administrativos atendidos na DELESP e DELEMIG, que resultou em maior arrecadação ao FUNAPOL, superando os anos anteriores, sem que houvesse o respectivo aumento de funcionários.
- Manutenção da Operação Sentinela no AM, em curso desde dezembro de 2009.
- Aprimoramento da organização do depósito de bens apreendidos e conclusão da reforma e organização do depósito de drogas.
- Reforma das principais embarcações da UJ, por meio de convênio com o Ministério da Pesca.
- Finalização do processo licitatório para aquisição de 5 embarcações de abordagem (Flexboat), com entrega prevista para março e abril de 2012.
- Deflagração e conclusão de diversas operações de inteligência, algumas delas represadas por falta de recursos humanos e materiais.
- Realização da Operação Trapézio, cujo objetivo principal foi a erradicação de plantios de coca e destruição de laboratórios de refino no Peru, em conjunto com a polícia daquele país (DIRANDRO/PNP).
- Formalização de Termo de Cooperação entre a SR/DPF/AM e o 9º Distrito Naval/ Marinha do Brasil, bem como a realização de operações conjuntas entre os dois órgãos com base no acordo.

As principais dificuldades para realização dos objetivos da UJ foram:

- Redução do efetivo policial da UJ, com seguidas remoções de servidores para outras unidades, sem a correspondente reposição das vagas.
- Corte no orçamento da unidade, em especial decorrente da publicação do Decreto nº 7446/2011.
- Ausência de pessoal capacitado para desenvolver processos licitatórios mais complexos, assim como para gestão de contratos.
- Dificuldades logísticas da região amazônica.
- Ausência de embarcações adequadas e aeronaves para o transporte de pessoal e material, bem como para operações/diligências no interior do Estado do Amazonas.
- Aumento significativo de demandas externas (JF, JE, MPF e demais órgãos federais).
- Aumento significativo de ingresso de estrangeiros, em especial de milhares de cidadãos haitianos pelo município de Tabatinga/AM, solicitando refúgio.
- Imposição de inúmeras e seguidas metas pelas Diretorias e Corregedoria Geral do DPF, as quais são sobrepostas às metas e projetos da UJ.
- Excessivos recrutamentos de servidores desta UJ para atividades em outras unidades, em especial nos órgãos centrais.
- Ausência de recursos para implementar de forma satisfatória o Termo de Cooperação com a Marinha do Brasil.
- Problemas decorrentes da Operação Resgate, iniciada em novembro de 2010, mas concluída somente em março de 2011 – morte de dois policiais federais e outro ferido (nov/2010), decorrente de operação policial, fato que, não obstante a significativa perda de colegas de trabalho (2 mortos, 3 afastados por licença médica), desencadeou operação policial de grande

vulto que mobilizou toda a UJ (recursos humanos e materiais) ao longo de mais de 50 dias, prejudicando sobremaneira as outras atividades policiais e de gestão). Além das perdas humanas, a operação exerceu forte impacto nas despesas da UJ no exercício de 2011.

Os planos e projetos para o exercício seguinte são:

- Aprimoramento do parque náutico da UJ, em especial com a conclusão das reformas das embarcações disponíveis e a entrega dos novos barcos adquiridos.
- Conclusão da construção da nova Base Anzol.
- Conclusão da construção do novo flutuante (estação portuária) do CIAPA e NEPOM/AM.
- Manutenção do cumprimento das metas da COGER/DPF, com implementação de métodos de saneamento de procedimentos antigos e/ou com padrões coincidentes.
- Manutenção e aprimoramento da Operação Sentinela.
- Deflagração de novos processos licitatórios para adaptar os contratos atuais às novas exigências legais e de gestão moderna, em especial os contratos de apoio administrativo (recepcionistas, mensageiro e auxiliar de apoio logístico) e suporte técnico de TI.
- Otimização dos gastos com combustível e manutenção de carros e embarcações, por meio de contrato de gestão de frota, recentemente implementado.
- Obtenção de recursos para continuidade do plano diretor de obras da SR/DPF/AM e demais unidades da PF no AM.
- Conclusão da regularização dos imóveis pertencentes à UJ em Manaus, Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira.
- Aquisição de imóvel em Tefé para abrigar o atual posto avançado da PF no município.
- Início do processo de instalação de posto descentralizado (em shopping center) de atendimento da PF em Manaus/AM, para emissão de passaportes.
- Gestões junto à Direção Geral visando estabelecer Manaus/AM como base permanente de aeronave do DPF para atendimento da região Norte.
- Conclusão da nova unidade de inteligência policial na DPF/TBA/AM.
- Conclusão da organização do depósito de bens apreendidos e a estruturação da cadeia de custódia de provas.
- Planejamento e início da implementação do sistema digital de inquéritos policiais e outros procedimentos.
- Implementar o projeto social “Horta da Felicidade”, em parceria com órgãos públicos e entidades filantrópicas.
- Iniciar processo licitatório de projeto executivo e obra da construção da DPF/TBA/AM e dos PNRs.
- Continuidade das Operações Trapézio, em cooperação com a DIRANDRO/PNP.
- Compartilhamento de bancos de dados do Estado do AM com a PF.

Quadro Relativo aos Itens Não Apresentados Neste Relatório

ITEM	JUSTIFICATIVA
QUADRO A.1.2	Não se aplica, pois esta UJ apresenta o relatório de gestão individual.
QUADRO A.1.3	Não se aplica, pois esta UJ apresenta o relatório de gestão individual.

QUADRO A.1.4	Não se aplica, pois esta UJ apresenta o relatório de gestão individual.
QUADRO A.2.4	Não se aplica a esta UJ (informações de responsabilidade da Unidade Central COF/DLOG).
QUADRO A.2.5	Não se aplica a esta UJ (informações de responsabilidade da Unidade Central COF/DLOG).
QUADRO A.2.6	Não se aplica a esta UJ (informações de responsabilidade da Unidade Central COF/DLOG).
QUADRO A.2.7	Não se aplica a esta UJ (informações de responsabilidade da Unidade Central COF/DLOG).
ANÁLISE CRÍTICA REFERENTE AO QUADRO A.2.7	Não se aplica a esta UJ, tal análise será feita pela Unidade Central COF/DLOG.
QUADRO A.2.8	Não se aplica a esta UJ (informações de responsabilidade da Unidade Central COF/DLOG).
QUADRO A.2.9	Não se aplica a esta UJ (informações de responsabilidade da Unidade Central COF/DLOG).
QUADRO A.2.10	Não se aplica a esta UJ (informações de responsabilidade da Unidade Central COF/DLOG).
QUADRO A.3.1	Não se aplica a esta UJ (informações de responsabilidade da Unidade Central COF/DLOG).
ANÁLISE CRÍTICA REFERENTE AO QUADRO A.3.1	Não se aplica a esta UJ, tal análise será feita pela Unidade Central COF/DLOG.
QUADRO A.5.9	Não houve incidência, nesta UJ, de servidores terceirizados ocupando cargos do plano de cargos do Órgão.
QUADRO A.5.10	Não houve, nesta UJ, a substituição de empregados terceirizados por funcionários concursados.
QUADRO A.5.11	Não se aplica a esta UJ. Tais informações deverão ser prestadas pelo Órgão Central do DPF.
QUADRO A.11.2	Não houve, pela UJ, locação de bens imóveis de terceiros.
QUADRO A.14.1	Não se aplica a esta UJ, pois esta Unidade não concedeu renúncia tributária.
QUADRO A.14.2	Não se aplica a esta UJ, pois esta Unidade não concedeu renúncia tributária.
QUADRO A.14.3	Não se aplica a esta UJ, pois esta Unidade não concedeu renúncia tributária.
QUADRO A.14.4	Não se aplica a esta UJ, pois esta Unidade não concedeu renúncia tributária.
QUADRO A.14.5	Não se aplica a esta UJ, pois esta Unidade não concedeu renúncia tributária.

QUADRO A.14.6	Não se aplica a esta UJ, pois esta Unidade não concedeu renúncia tributária.
QUADRO A.14.7	Não se aplica a esta UJ, pois esta Unidade não concedeu nem se beneficiou de renúncia tributária.
QUADRO A.14.8	Não se aplica a esta UJ, pois esta Unidade não concedeu nem se beneficiou de renúncia tributária.
QUADRO A.14.9	Não se aplica a esta UJ, pois esta Unidade não concedeu nem se beneficiou de renúncia tributária.
QUADRO A.14.10	Não se aplica a esta UJ, pois esta Unidade não concedeu nem se beneficiou de renúncia tributária.
14.9 - DECLARAÇÃO	Não se aplica a esta UJ, pois esta Unidade não concedeu nem se beneficiou de renúncia tributária
QUADRO A.14.11	Não se aplica a esta UJ, pois esta Unidade não concedeu nem se beneficiou de renúncia tributária
QUADRO A.15.2	Não se aplica a esta UJ, tendo em vista que não houve nenhuma deliberação do TCU pendente de atendimento no exercício.
18.1 – ANÁLISE CRÍTICA	Não se aplica a esta UJ, pois tal análise deverá ser apresentada pelo Órgão Central – COF/DLOG.
19.1 – ANÁLISE CRÍTICA	Não se aplica a esta UJ, devido ela não ser empresa estatal.
QUADRO B.4.1	Não se aplica a esta UJ, devido ela não ser empresa estatal.
20.2 - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA UJ COMO INVESTIDORA	Não se aplica a esta UJ, devido ela não ser empresa estatal.

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

1.1 Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DAS UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Amazonas			
Denominação abreviada: Polícia Federal no Amazonas			
Código SIORG: 1140	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 200382	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(092) 3655-1515	(092) 3655-1517	(092) 3655-1505
E-mail: gab.sram@dpf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Av. Domingos Jorge Velho, 40 – Bairro Dom Pedro II – Planalto, Manaus /AM – CEP 69042-470			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.			
SR/DPF/AM:			
- Decreto 56.510, de 28/06/65, DOU 138, de 22/07/65 cria a Delegacia Regional “C” no Amazonas;			
- Portaria 527/64, BS. 245, de 24/12/64			
- Decreto nº 70.665 de 02.06.1972 - Transforma a Delegacia Regional no Amazonas em Superintendência.			
FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.			
- Portaria nº 2.877/MJ, de 31.12.2011, que aprova o Regimento Interno.			
- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200382/200383	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DPF NO AMAZONAS		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	TESOURO/FUNAPOL		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200382/200383		00001	

1.2 Relatório de Gestão Consolidado

QUADRO A.1.2 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

1.3 Relatório de Gestão Agregado

QUADRO A.1.3 - IDENTIFICAÇÃO – RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO

1.4 Relatório de Gestão Consolidado e Agregado

QUADRO A.1.4 - IDENTIFICAÇÃO – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E
AGREGADO

Obs: As informações acerca dos quadros desta página encontram-se no item introdução deste relatório.

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

2.1.1 Competência institucional

As Normas de atuação estão baseadas nas atribuições da Polícia Federal que estão definidas no art. 144 da Constituição Federal, a saber:

§ 1º A Polícia Federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantida pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

Além da Constituição Federal as seguintes normas, entre outras, também norteiam a atuação da Instituição:

- Lei Complementar nº 089/1997 (Institui o FUNAPOL);
- Lei nº 2.889/1956 (crime de genocídio);
- Lei nº 4.483/1964 (reorganizou o DFSP);
- Lei nº 5.010/1966 (organiza a Justiça Federal)
- Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio);
- Lei nº 6.815/1980 e Decreto nº 86.715/1981(Estrangeiros);
- Lei nº 7.102/1983 (Segurança Privada);
- Lei nº 7.170/1983 (Crimes contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social);
- Lei nº 7.492/86 (Crimes contra o sistema financeiro nacional);
- Lei nº 9.017/1995 (Segurança Privada);
- Lei nº 9.807/1999 (Proteção a Testemunhas);
- Lei nº 10.357/2001 (Produtos Químicos);
- Lei nº 10.446/2002 (Crimes de repercussão interestadual);
- Lei nº 10.683/2003 (Organização da Presidência da República);
- Lei nº 10.826/2003 (SINARM);
- Decreto-Lei nº 6.378/1944 (Transformou a Polícia Civil do DF em DFSP);
- Decreto-Lei nº 9.353/1946 (novas atribuições do DFSP);
- Decreto nº 1.983/1996 (Passaporte);
- Decreto nº 6.061/2007 (Estrutura Regimental do MJ);
- Portaria MJ nº 2.877, de 31 de dezembro de 2011. (Regimento Interno DPF);
- Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF (competências das unidades do DPF e atribuições de seus dirigentes).

Conforme a legislação acima referenciada, é possível sistematizar e classificar as diversas atribuições do Departamento de Polícia Federal em dois ramos ou gêneros finalísticos distintos: Polícia Judiciária e Polícia Administrativa, o que fora ressaltado ainda mais com a edição do novo Regimento Interno do órgão, por meio da Portaria MJ nº 2.877, de 31 de dezembro de 2011 .

2.1.2 Objetivos estratégicos

No ano de 2011 foram eleitos de forma ampla pela Direção-Geral os seguintes objetivos estratégicos da instituição (Portaria nº 1735/2010-DG, de 03 de novembro de 2010):

- Melhoria da Gestão;
- Combate à Corrupção;
- Combate ao Narcotráfico;
- Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
- Inserção Internacional;
- Combate aos Crimes Cibernéticos.

Ademais, vale dizer, que toda a atuação da instituição se foca no atendimento da MISSÃO da instituição que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.”

Isso para atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1 Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida

Tendo como norte as diretrizes da Direção-Geral, bem com a missão e visão de futuro da instituição a Superintendência Regional no Amazonas atuou mais notadamente nas áreas de repressão ao tráfico de drogas, crimes contra o meio ambiente e controle de imigração, áreas naturalmente mais demandadas nesta região. Esta última teve sua atividade especialmente aumentada pela **grande imigração de cidadãos haitianos** para o Brasil pelo AM.

Não obstante, inúmeras **medidas administrativas** foram adotadas buscando o melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais disponíveis. Diversos contratos de prestação de serviços foram renovados, já adaptados aos modernos preceitos de gestão. Destacam-se os contratos de gestão de frotas de veículos e embarcações para abastecimento e manutenção, além do contrato de manutenção predial com novo modelo de mensuração de serviços. Ainda sobre a gestão, ressaltamos a busca incessante pela informatização dos processos, que conferiu maior agilidade na tramitação de documentos e difusão das diretrizes e tarefas aos servidores, cujo destaque foi a disseminação e aprimoramento da ferramenta SIGEPOL.

No tocante a **repressão ao tráfico de drogas**, além de outras operações de inteligência policial deflagradas no exercício, que resultou na prisão e neutralização dos principais narcotraficantes da região de fronteira do AM com o Peru, destacamos: a Operação Resgate, que resultou na apreensão de centenas de quilos de cocaína e de armas e munições de guerra, além da prisão de traficantes homicidas de policiais; a Operação Trapézio, sendo esta a primeira ação de erradicação de plantios de coca e destruição de laboratórios de refino da droga em território peruano, coordenada por um órgão brasileiro.

Destacamos ainda a Operação Broca, de caráter permanente, que visa identificar plantios de coca em território brasileiro, assim como realizar estudos científicos relativos à produção da droga, em especial sobre os insumos empregados e a razão de droga produzida a partir de determinada quantidade de matéria prima e outros insumos.

As ações acima também repercutiram diretamente e de forma positiva na **inserção internacional** do órgão, em especial nos países produtores de droga na América Latina e nos Estados Unidos da América, que mantém permanentes ações dessa natureza.

Quanto às investigações de **desvios de recursos públicos**, tais procedimentos foram concentrados em apenas duas Autoridades Policiais, visando atender à diretriz da COGER/DPF e especializar os policiais que labutam na citada matéria. Tal medida deu resultado na medida que a UJ deflagrou diversas operações em detrimento de agentes públicos e particulares que praticaram delitos de lesa pátria desviando, principalmente, recursos da educação e saúde descentralizados pelo Governo Federal aos municípios.

No tocante às **tomadas de decisões** desta regional, estas foram balizadas nas metas já mencionadas e visando suplantar as seguintes dificuldades:

- Complexidade logística da região amazônica (alto custo, grandes distâncias, ausência de mão de obra especializada em algumas áreas; transporte terrestre limitado, transporte fluvial e aéreo limitado);
- Limitação dos recursos humanos (SR/DPF/AM possui um dos mais baixos índices de lotação dentre as unidades da PF, de acordo com os critérios estabelecidos pelo próprio órgão);
- Excessivo número de procedimentos criminais (IPL, LRE, CP, PAD, Sindicâncias e outros) em tramitação;
- Excessiva demanda de atividades de polícia ostensiva (reintegração de posse, retomada de prédios públicos invadidos, escoltas de presos, segurança de dignitários, questões indígenas) o que prejudica a atividade de polícia judiciária;
- Contingenciamento e insuficiência de recursos para pagamento de passagens aéreas e diárias durante parte do ano de 2011;
- Ausência de empresas regulares e/ou interessadas em contratar com a administração pública no interior do Estado, o que implica na necessidade de aumentar os gastos com suprimento de fundos nas missões para o interior;
- Ausência de postos bancários em grande parte do interior do Estado do Amazonas, o que demanda a autorização de saque do suprimento de fundo;

2.2.2 Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão

Mesmo diante de severas limitações de ordem financeira, das seguidas perda de recursos humanos e das peculiaridades que esta região apresenta, a UJ tem cumprido, da melhor forma possível, as ações planejadas, principalmente no tocante ao combate ao tráfico ilícito de entorpecentes, controle migratório e de crimes contra a administração pública.

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0062		Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça						
Objetivos Específicos: Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União.						
Gerente: DPF WESLEY SIRLAM LIMA DE AGUIAR				Responsável: DPF WESLEY SIRLAM LIMA DE AGUIAR		
Público Alvo (beneficiários): sociedade.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se aplica						
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal	01/01/2011 a 31/12/2011	0,36	1,11	1,20	1,11
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação Percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados.						
Análise do Resultado Alcançado						
Apesar de ter havido um aumento substancial de inquéritos concluídos, o índice está aquém do previsto. Um dos motivos determinantes para o não atingimento do índice é o severo corte de gastos implementado pelo Governo Federal.						
Fonte: Corregedoria Geral (estatísticas compiladas da intranet – HTTP://intranet.dpf.gov.br/coger/servicos/estatisticas/estatisticas-de-policia-judiciaria).						

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
6	122	0750	2000	P/A/OP	3	NA	NA	9999,99	NA
6	122	1453	8375	P/A/OP	3	NA	NA	9999,99	NA
...

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

Prioridade: Classificação da ação quanto a sua prioridade, podendo ser:

1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI;

2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento);

3 – Demais ações prioritárias

4 – Ação não prioritária.

NA: Foi preenchido o campo com o código “NA” – Não se Aplica, atendendo orientação da CGU para a hipótese de que a UJ opere apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo o DPF.

Análise crítica

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	30108	200336
FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL - FUNAPOL	30909	200337

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

2.4.3 Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas

QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Análise crítica

Obs: As informações acerca dos quadros, bem como as respectivas análises críticas desta página, encontram-se no item introdução deste relatório.

2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

1.1.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS
ORIGINÁRIOS DA UJ

1.1.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS
CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

1.1.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS
CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Análise crítica

Obs: As informações acerca dos quadros, bem como as respectivas análises críticas desta página, encontram-se no item introdução deste relatório.

2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS
RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	4.555.320,86	4.926.613,91	4.555.320,86	4.926.613,91
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	1.482.347,06	1.432.862,69	1.482.347,06	1.432.862,69
Inexigibilidade	76.567,64	67.032,90	76.567,64	67.032,90
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	679.630,00	224.285,95	679.630,00	224.285,95
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias	1.695.496,34	1.969.501,35	1.695.496,34	1.969.501,35
Outras				

Fonte: SIAFI GERENCIAL.

2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<i>14 - Diárias</i>	1.695.49 6,34	1.969.50 1,35	1.695.49 6,34	1.969.50 1,35	-	-	1.695.49 6,34	1.969.50 1,35
<i>30 – Consumo</i>	877.854, 75	872.210, 81	701.183, 22	791.020, 77	176.671, 53	81.490,0 4	265.317, 16	791.020, 77
<i>36 – Pessoa Física</i>	16.113,5 0	35.126,8 0	16.113,5 0	35.126,8 0	.	.	16.113,5 0	35.126,5 0
<i>39 – Pessoa Jurídica</i>	1.734.85 7,83	1.985.14 8,47	1.299.62 7,37	1.533.39 2,75	435.230, 46	451.755, 72	1.298.01 8,48	1.444.10 2,41
<i>37 – Locação de mão-de-obra</i>	3.618.41 5,99	3.627.83 1,31	3.618.41 5,99	3.627.83 1,31	-	280.805, 28	3.618.41 5,99	3.347.02 6,03
<i>92 – Exercícios anteriores</i>	313.029, 00	404.921, 18	313.029, 18	404.921, 18	-	-	313.029, 18	404.921, 18
<i>93 – Indenizações/Restituições</i>	296.494, 54	551.171, 54	266.645, 54	551.171, 54	29.849,4 3	-	296.494, 54	551.171, 54

Fonte:NEOF/SELOG/SR/DPF/AM

2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos								
51 – Obras e Investimentos – UG 200383	1.090.069,94	1.765.457,00	-	-	1.090.069,94	1.765.457,00	-	-
52 – Equip.Mat.Perm. – UG 200382	15.960,00	105.347,00	-	105.347,00	15.960,00	-	-	105.347,00
52-Equip.Mat.Perm. – UG 200383	999.482,98	120.499,75	16.579,98	20.500,00	982.903,00	99.999,75	16.579,98	20.500,00
51 – Obras e Investimentos – UG 200383	1.090.069,94	1.765.457,00	-	-	1.090.069,94	1.765.457,00	-	-
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte:NEOF/SR/DPF/AM

Análise crítica

- **Alterações significativas ocorridas no exercício:** Em razão da redução na Cota Orçamentária, por conta do Decreto 7.446/2011, houve alterações significativas na Execução Orçamentária desta UJ, ocasionando redução de gastos com diárias para policiais, passagens, aquisição de material de expediente e de informática, energia e telefonia fixa e móvel.

- **Contingenciamento no exercício:** Os efeitos na gestão orçamentária provocados pelo contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras ocorridos no exercício, obrigaram a muitos atrasos nos pagamentos dos fornecedores e prestadores de serviços, onde muitas vezes recorremos a pedido de alteração de QDD, para honramos os compromissos assumidos, alterando desta forma os resultados planejados.

- **Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária:** Os eventos negativos que prejudicaram as ações da UJ foram: as reduções de gastos, tais como contratações, aquisição de material permanente para equipar as delegacias, diárias e passagens para a realização de missões nos diversos municípios do Estado. Os eventos positivos foram muito poucos, destacando-se o atendimento da COF nos pedidos de alteração de QDD para fazermos frente às despesas mais urgentes.

- **Outras questões relevantes:** Esta UJ, por ser uma Unidade com atividades peculiares à região onde se encontra, foi muito prejudicada com a redução do orçamento, haja visto as missões para o interior serem realizadas na maioria das vezes através de embarcações, e as mesmas precisavam de constantes reparos para realizar as missões a contento, com os escassos recursos destinados para tal fim.

2.4.7 Indicadores Institucionais

Obs: Não se aplica, pois os indicadores institucionais são mensurados pelo Órgão Central – COF/DLOG.

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

**QUADRO A.3.1. - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS
OU RECURSOS**

3.2 Análise Crítica

Obs: A informação acerca do quadro, bem como a respectiva análise crítica desta página, encontra-se no item introdução deste relatório.

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$
1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	35.935,94	-	35.935,94	-
2009	57.486,71	-	-	4.660,54
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	2.679.507,79			
2009	1.456.988,53	-	2.901.980,67	786.538,74
Observações:				

Fonte: NEOF/SELOG/SR/DPF/AM

4.2 Análise Crítica

As considerações mais significativas referentes ao controle do pagamento de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores serão expostas pela Setorial de Contabilidade da Coordenação de Orçamentos e Finanças do DPF, bem como pelas Coordenações de Contabilidade do Ministério da Justiça e da Secretaria do Tesouro Nacional. Sendo assim, no âmbito do DPF, as referidas Unidades, responsáveis principalmente pelo acompanhamento da conformidade contábil do DPF, possuem maior ingerência e acompanhamento sobre as seguintes questões:

- a) A evolução da estratégia de pagamento dos RP adotada pela UJ;
- b) Os impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ no exercício de referência, decorrentes do pagamento de RP de exercícios anteriores;
- c) As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro;
- d) A existência de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2011 sem que sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto; e, por fim,
- e) Os eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a gestão de RP.

No entanto, foi possível inferir que houve empenho por parte do Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira, a fim de reduzir a zero os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores. Todavia, nem sempre tal meta se concretiza no tempo esperado, em razão de fatores alheios às determinações do Ordenador de Despesas.

No tocante aos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores em que houve pedido formal da Unidade Gestora (200382) à Setorial de Contabilidade do DPF pela manutenção dos saldos, foi enviada mensagem número 2011/1934784 e 2012/0034845-SIAFI àquela Setorial, solicitando que fossem mantidos os saldos das notas de empenho 2010NE900112, no valor de R\$ 50.000,000 (ano 2010), referente a Contratos de Recepcionista; 2010NE900235, no valor de R\$ 882.728,50 (ano 2010), referente à construção de um Flutuante na Base Anzol; 2010NE900291, no valor de R\$ 1.272,00, referente à reforma de embarcações da SR/DPF/AM.

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)		273	4	23
1.1. Membros de poder e agentes políticos		Não ha		
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		273	4	24
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		273	4	24
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		Não ha		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		Não ha		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		Não ha		
2. Servidores com Contratos Temporários		Não ha		
3. Total de Servidores (1+2)		273	4	24

Fonte: SISTEMA SIAPE

5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	3
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	3
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	23
3.1. De ofício, no interesse da Administração	13
3.2. A pedido, a critério da Administração	1
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	2
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	7
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em pessoa da família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	
5.5. Mandato classista	
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	1
6.1 Afastado em cumprimento a Medidas Cautelares previstas no art. 319, Inciso III, e VI do CPP.	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	27

Fonte: SISTEMA SIAPE.

5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	4	4		
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	4	4		
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	4	4		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
1.2.4. Sem vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções gratificadas	23	23		
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	23	23		
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	27	27		

Fonte: SISTEMA SIAPE.

5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	51	134	57	26	5
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	51	134	57	26	5
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					
2.3. Funções gratificadas					
3. Totais (1+2)	51	134	57	26	5

Fonte: SISTEMA SIAPE.

5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo		1	1	5	62	204			
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira		1	1	5	62	204			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior									
2.3. Funções gratificadas									
3. Totais (1+2)		1	1	5	62	204			

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SISTEMA SIAPE.

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral		
1.1 Voluntária	35	
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente	6	1
1.4 Outras		
2. Proporcional		
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	41	1

Fonte: SISTEMA SIAPE.

5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado		
1.1. Integral	21	
1.2. Proporcional	1	1
2. Em Atividade	13	
3. Total (1+2)	34	

Fonte: SISTEMA SIAPE

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	8	8	7	9	<i>69.740,00</i>
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio	8	8	7	9	
2. Nível Médio	24	20	18	17	<i>91.170,28</i>
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio	24	20	18	17	
3. Total (1+2)	32	28	25	26	<i>R\$ 160.910,28</i>

Fonte: SISTEMA SIAPE

5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Venci- mentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retri- buições	Gratifi- cações	Adicio- nais	Indeniza- ções	Benefícios Assistenciais e previden- ciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	36.815.02 5,57		2.557. 442,64	1.185.82 8,85	1.130.131, 96	720.833,78			59.651 ,84	42.52 8.566, 48
	2010	37.559.89 3,39		2.610. 234,10	1.181.77 0,54	1.161.486, 19	405.583,01			56.374 ,84	42.91 8.967, 23
	2009	35.981.51 3,75		2.412. 179,00	1.234.49 7,50	587.105,8 4	248.028,05			7.189, 08	40.47 0.513, 22
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011		77.301 ,09								77.30 1,09
	2010		72.306 ,28								72.30 6,28
	2009		75.243 ,61								75.24 3,61
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011		72.710 ,27								72.71 0,27
	2010		74.137 ,60								74.13 7,60
	2009		75.871 ,06								75.87 1,06

Fonte: SISTEMA SIAPE

5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

QUADRO A.5.9 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.5.10 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS

5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

QUADRO A.5.11 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

Obs: As informações acerca dos quadros acima se encontram no item introdução deste relatório.

5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

QUADRO A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: <i>SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO AMAZONAS</i>													
UG/Gestão: <i>200382/001</i>						CNPJ: <i>00394494/0021-80</i>							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	V	O	12/2008	63674470/00 01-18	28/08/2008	31/12/2012			19	17			P
2007	L	O	11/2007	63675268/00 01-43	01/08/2007	30/05/2012	40	48					P
Observações:													
<p>LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p>													

Fonte: Gestão de Contratos - SELOG/SR/DPF/AM.

5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome:													
UG/Gestão:						CNPJ:							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	14	O	17/2007	6367526800 0143	12/12/2 007	12/12/2 012			9	7			P
2007	14	O	16/2007	6367526800 01-43	12/12/2 007	12/12/2 012			7	5			P
2007	11	O	02/2007	0354337400 01-41	03/01/2 007	03/07/2 012			12	9			P
2007	5	O	08/2007	0541728800 1-18	02/05/2 007	02/05/2 012			6	5			P
2008	6	O	11/2008	0541728800 0118	07/08/2 008	06/05/2 012			2	2			P
2008	7	O	11/2008	0541728800 01-18	07/08/2 008	06/05/2 012			26	18			P
2008	8	O	11/2008	0541728800 01-18	07/08/2 008	06/05/2 012			1	1			P
2008	14	O	11/2008	0541728800 01-18	07/08/2 008	06/05/2 012			2	2			P
2008	14	O	11/2008	0541728800 01-18	07/08/2 008	06/05/2 012			2	2			P
2008	14	O	11/2008	0541728800 01-18	07/08/2 008	06/05/2 012			12	13			P
2008	14	O	17/2008	0616083900 01-55	01/12/2 008	01/12/2 012			25	17	10	9	P

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
14. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Gestão de Contratos - SELOG/SR/DPF/AM e SRH/SR/DPF/AM.

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Absenteísmo

O índice de absenteísmo apurado no exercício de 2011 em relação à afastamentos por motivos de saúde foi de 1,15%. Houve uma expressiva diminuição no indicador, após a adesão desta UJ à Unidade SIASS/INSS, que passou a executar as perícias singulares, juntas médicas periciais e homologações de licenças para tratamento de saúde.

Acidentes de Trabalho

Foram homologados dois acidentes de trabalho, a saber:

PROCESSOS ESPECIAIS DE ACIDENTE DE TRABALHO

- PROTOCOLO 08240.005180/2011-66 (MAURO LOBO E LEONARDO MATSUNAGA YAMAGUTI)
- PROTOCOLO 08240.000642/2011-59 (CHARLES DA SILVA NASCIMENTO E DÉCIO ROCHA FILHO)

Rotatividade

A diferença entre as remoções recebidas e expedidas provocou uma diminuição do efetivo desta UJ.

Educação Continuada

Não há programas de educação continuada nesta UJ. Todas as ações de capacitação são coordenadas pela ANP e pela Comissão de Capacitação da Diretoria de Gestão de Pessoal, localizada em Brasília-DF.

Disciplina

- a. Pareceres confeccionados: 107
- b. Processos administrativos disciplinares
 - b.1 Instaurados: 09
 - b.2 Relatados: 16
 - b.3 Decididos: 11
- c. Sindicâncias
 - c.1 Instauradas: 0

Aposentadoria versus reposição do quadro

Não houve admissão de servidores no exercício de 2011.

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

6.1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA									
CNPJ: 05.482.692/0001-75					UG/GESTÃO:				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4		NEPOM/SR/ DPF/AM	458.909, 50		458.909,5 0	458.909,50	24/08 2010	31/0 7/20 11	4

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: Fonte: SELOG/SR/DPF/AM

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

QUADRO A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA					
CNPJ:	05.482.692/0001-75					
UG/GESTÃO:						
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	1	-	-	458.909,50	-	-
Totais	-	-	-	458.909,50	-	-

Fonte:DREX/SR/DPF/AM E SELOG/SR/DPF/AM

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes
 QUADRO A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS
 SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA					
CNPJ: 05.482.692/0001-75				UG/GESTÃO:	
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio					
Contrato de Repasse					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso			458.909,50		100
Totais			458.909,50		100

Fonte: NEOF/SR/DPF/AM E SELOG/SR/DPF/AM

6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse

QUADRO A.6.4 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA					
CNPJ: 05.482.692/0001-75			UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade			1
		Montante Repassado			458.909,50
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2010	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2009	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte:NEOF/SR/DPF/AM e SELOG/SR/DPF/AM

6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

QUADRO A.6.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas				
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas		
			Contas Não analisadas		
		Montante repassado (R\$)			
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
Contas NÃO analisadas		Quantidade		1	
Montante repassado (R\$)				458.909,50	
2010	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
Montante repassado (R\$)					
2009	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
Montante repassado					
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
		Montante repassado			

Fonte: NEOF/SR/DPF/AM e SELOG/SR/DPF/AM

- Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente

Não foram adotadas medidas saneadoras por não haver inadimplência.

- Situação das transferências efetuadas no exercício frente o disposto no artigo 35, do decreto 93.872/86 e do art. 12, § 1º, do decreto 6.752/2009, com a redação dada pelo decreto 6.993/2009, ou legislação que o altere

Foram respeitados os limites impostos pela legislação acima citada.

-Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos

Esta UJ não transferiu recursos para outras UJ.

- Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2011

Quanto ao recebimento de recursos por esta UJ, a metodologia adotada foi a mesma para a fiscalização de contratos em geral onde é nomeado um fiscal que verifica se o serviço foi executado ou o produto foi fornecido de acordo com o estipulado em contrato. Só após a verificação do Fiscal com o seu ateste é que é realizado o pagamento pelo setor financeiro – NEOF. Quanto ao repasse de recursos, esta UJ não efetuou transferência de recursos para outro órgão.

- Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2010, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares

Esta UJ não efetuou nem recebeu transferências expiradas em 2010.

- Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2010, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto

Esta UJ não efetuou nem recebeu transferências expiradas em 2010.

- Estruturas de controle definida para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados

Quanto ao recebimento de recursos por esta UJ, a metodologia adotada foi a mesma para a fiscalização de contratos em geral onde é nomeado um fiscal que verifica se o serviço foi executado ou o produto foi fornecido de acordo com o estipulado em contrato. Só após a verificação do Fiscal com o seu ateste é que é realizado o pagamento pelo setor financeiro – NEOF. Quanto ao repasse de recursos, esta UJ não efetuou transferência de recursos para outro órgão. Ao final é enviado ao Órgão que enviou o recurso um relatório, com imagens e cópias de documentos sobre o uso dos recursos transferidos.

- Outras questões relevantes

Nada a relatar.

7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

7.1 Modelo da declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV

QUADRO A.7.1 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SCONV

DECLARAÇÃO

Eu, Jean Dias do Nascimento, CPF nº 003.405.647-50, Chefe do SELOG/SR/DPF/AM, exercido na SR/DPF/AM declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Manaus, 15 de março de 2012.


JEAN DIAS DO NASCIMENTO
003.405.647-50
CHEFE DO SELOG/SR/DPF/AM

8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	23		
	Entregaram a DBR	23		
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: SRH/SR/DPF/AM.

8.2 Análise Crítica

As DBR e as Autorizações de acesso as Declarações do Imposto de Renda, em papel, são gerenciadas pelo SRH/SR/DPF/AM e são arquivados nas Pastas funcionais dos servidores.

- As Pastas funcionais de todos os servidores são arquivadas em local exclusivo com acesso permitido apenas aos responsáveis pelo SRH/SR/DPF/AM.
- Não dispomos de Sistemas informatizados para tal controle.
- Não realizamos análise sistemática das DBR com intuito de verificar incompatibilidades de Patrimônio.

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	

27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? RESPOSTA: Foram instaladas torneiras automáticas, lâmpadas econômicas e condicionadores de ar com melhor classificação de consumo. Ainda não efetuamos os cálculos de impacto vinculados a tais aquisições.				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? RESPOSTA: Uma parte dos papéis adquiridos é do tipo reciclado				X	
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			X		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? RESPOSTA: Por meio de comunicações oficiais, folders e reuniões.					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de					X

<p>proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? <p>RESPOSTA: Por meio de comunicações oficiais, <i>folders</i> e reuniões, bem como programa de plantio de árvores denominado “Carbono Neutro” para reposição de perdas ambientais causadas em virtude das atividades da UJ.</p>					
<p>Considerações Gerais:</p>					
<p><u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº108, DE 24/11/2010.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	AMAZONAS	Σ	Σ
	Manaus/AM	3	3
Subtotal Brasil		3	3
EXTERIOR	NA	NA	NA
Subtotal Exterior		NA	NA
Total (Brasil + Exterior)		3	3

Fonte: SPIUNET

QUADRO A.11.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS
Obs: A informação acerca deste quadro encontra-se no item introdução deste relatório.

Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
	025500640.50 0/2	15	ÓTIMO	80.539,89	03/08/2007	-	-	-
	025500641.50 0/8	15	ÓTIMO	74.497,54	03/08/2007	-	-	-
	025500698.50 0/9	21	ÓTIMO	9.899.570,05	03/08/2007	-	-	-
Total							Σ	Σ

Fonte: SPIUNET

Análise crítica:

Os bens imóveis sob responsabilidade desta Unidade Jurisdicionada, de um modo geral, estão em boas condições de uso, destacando-se o prédio principal da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Amazonas. Da mesma forma, os imóveis sede dos Postos Avançados de São Gabriel da Cachoeira-AM, e Santo Antônio do Içá-AM, tratando-se de imóveis próprios e com mobílias adequadas.

Houve significativa melhora nos bens destinados à DPF/TBA/AM, mas que ainda carecem de aperfeiçoamento e ampliação. Vale citar que está incluída no plano estratégico de defesas de nossas fronteiras, a construção da nova sede da DPF/TBA/AM, além de residências funcionais para os servidores ali lotados. Permanece ainda em situação crítica o Posto Avançado de Tefé-AM, onde o imóvel não é adequado às atividades do DPF. Estão sendo realizadas gestões junto ao IBAMA e a

Prefeitura local com a finalidade de que seja transferido para o patrimônio do DPF um terreno para que seja construído o Posto Avançado de Tefé-Am nos mesmos moldes do Posto Avançado de São Gabriel da Cachoeira-AM.

12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.		X			
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					5 terceirizados 4 servidores
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				X	
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	X				
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.			X		
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			X		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					Não há desenvolvimento
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.		X			
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais:					

LEGENDA

Níveis de avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

13. PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

13.1 Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo

13.1.1 Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício

QUADRO A.13.1 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E VALORES EM R\$ 1,00
POR PORTADOR (REGIME ESPECIAL DE EXECUÇÃO)

Código da UG 1	200383 (FUNAPOL)	Limite de Utilização da UG	R\$ 1.000.000,00		Valores em R\$ 1,00
Portador*	CPF*	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
ALMÉRIO BARROSO MORAES	344.337.752-15	20.000,00	2.820,00	16.826,94	19.646,94
ANTÔNIO CLEITON LOPES SILVA	576.342.622-34	14.000,00	2.550,00	6099,91	8.649,91
CHARLES DA SILVA NASCIMENTO	567.228.933-91	110.200,00	74.610,00	35.246,74	109.856,74
CLÁUDIO CÉSAR DA SILVA	269.427.628-81	42.400,00	21.470,00	5.297,93	26.767,93
DANIEL VIANA OTTONI DE SIQUEIRA	033.711.806-03	8.000,00	4.760,00	2.670,00	7.430,00
ELIO LOUREIRO CROMWELL	151.134.918-29	6.000,00	800,00	2.897,00	3.697,00
FERNANDO OSTERNE RIBEIRO DA CUNHA	060.787.453-87	59.600,00	55.500,00	4.215,67	59.715,67
GUTEMBERG MENEZES SILVA JÚNIOR	297.270.141-00	31.600,00	31.600,00	0,00	31.600,00
JOVILSON DA ALBUQUERQUE AMORIM	337.816.052-72	36.400,00	29.340,00	2.631,00	31.971,00
LEANDRO TRIGUEIRO BEZERRA	078.910.947-64	12.000,00	3.590,00	8.318,13	11.908,13
LEONCIO BARBOZA DE LIMA	160.339.572-53	12.500,00	12.500,00	0,00	12.500,00
LEVY SALVIANO DE MACEDO JÚNIOR	585.241.772-68	27.000,00	18.570,00	935,46	19.505,46
PÉRICLES TAVARES NETO	335.222.942.20	16.000,00	12.920,00	1.533,35	14.453,35
RICARDO DE ALMEIDA COSTA	593.224.892-00	10.000,00	260,00	5.783,50	6.043,50
STEFANO GARCIA SISTI	170.112.588-92	86.680,00	38.060,00	48.520,26	86.580,26
VITOR SOARES MAORES	708.741.661-87	6.250,00	4.180,00	0,00	4.180,00
SR/DPF/AM (VS)		181.000,00	151.460,00	7.932,68	159.392,68
Total utilizado pela UG			464.990,00	148.908,57	613.890,57
Código da UG 2: 200382		Limite de Utilização da UG:			
REGIME ESPECIAL DE EXECUÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00
Total utilizado pela UG			0,00	0,00	0,00
Total utilizado pela UJ			464.990,00	148.908,57	613.890,57

Fonte: NEOF/SELOG/SR/DPF/AM

* Obs.: Não houve concessão de Suprimento de Fundos de pequeno vulto.

13.1.2 Utilização dos cartões de crédito corporativo da unidade

QUADRO A.13.2 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO *Valores em R\$*
(SÉRIE HISTÓRICA) *1,00*

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011		464.990,00		148.908,57	613.890,57
2010		125.900,00		79.983,61	205.883,61
2009		279.853,00		132.612,69	412.465,69

Fonte: NEOF/SELOG/SR/DPF/AM

Obs.: Não houve concessão de suprimento de fundos de pequeno vulto.

14. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

14.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ

QUADRO A.14.1 – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ

14.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

QUADRO A.14.2 - VALORES RENUNCIADOS E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA

14.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física

QUADRO A.14.3 - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS FÍSICAS

QUADRO A.14.4 - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS JURÍDICAS

14.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica

QUADRO A.14.5 - BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA – PESSOAS FÍSICAS

QUADRO A.14.6 - BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA – PESSOAS JURÍDICAS

14.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

QUADRO A.14.7 - APLICAÇÃO DE RECURSOS DA RENÚNCIA DE RECEITA PELA PRÓPRIA UJ

14.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

QUADRO A.14.8 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE RENÚNCIA DE RECEITAS

Obs: As informações acerca dos quadros desta página encontram-se no item introdução deste relatório.

14.7 Comunicações à RFB

QUADRO A.14.9 - COMUNICAÇÕES À RFB

14.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

QUADRO A.14.10 - INDICADORES DE GESTÃO DA RENÚNCIA DE RECEITAS

14.9 Declaração

14.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB

QUADRO A.14.11 - AÇÕES DA RFB

Obs: As informações acerca dos quadros desta página, bem como o tópico declaração, encontram-se no item introdução deste relatório.

15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS					001140
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-031.145/2011-6	1118/2012 – TCU 2ª CÂMARA		DE	DOU Nº 50, DE 13/03/2012
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS					001140
Descrição da Deliberação:					
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, Inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso I; 143, inciso I, alínea “a”; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, em julgar as contas a seguir relacionadas, dar quitação plena dos responsáveis e determinar o arquivamento dos autos.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
O Acórdão supracitado demonstra o zelo e a dedicação dos servidores desta UJ em cumprir e fazer cumprir nossa missão institucional, mesmo com recursos escassos e falta de efetivo.					

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Obs: A informação acerca do quadro desta página encontra-se no item introdução deste relatório.

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

<i>Unidade Jurisdicionada</i>			
Denominação completa:			Código SIORG
<i>SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS</i>			<i>001140</i>
<i>Recomendações do OCI</i>			
<i>Recomendações expedidas pelo OCI</i>			
<i>Ordem</i>	<i>Identificação do Relatório de Auditoria</i>	<i>Item do RA</i>	<i>Comunicação Expedida</i>
<i>1</i>	<i>201108858</i>	<i>1.1.3.1</i>	<i>Ofício nº 22.475/2011/CGUAM/CGU-PR</i>
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
<i>SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS</i>			<i>001140</i>
Descrição da Recomendação:			
<p><i>1 – A UJ deve esclarecer os saldos de restos a pagar processados que ainda restam, apesar de não terem suporte documental;</i></p> <p><i>2 – A Unidade deve adotar uma atitude proativa na administração dos restos a pagar, de modo a evitar saldos inscritos sem suporte documental.</i></p>			
<i>Providências Adotadas</i>			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
<i>NEOF/SR/DPF/AM</i>			
Síntese da providência adotada:			
<i>Conforme relatado pela Chefa do NEOF/SR/DPF/AM, ADM Lilibeth, através do Memo. 2198/2012-SELOG/SR/DPF/AM, de 09 de março de 2012, os restos a pagar sem suporte documental foram cancelados.</i>			
Síntese dos resultados obtidos			
<i>A recomendação por parte do OCI foi atendida pelo setor.</i>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
<i>O fator positivo para a implementação da recomendação do OCI foi a comunicação clara com a chefia responsável, bem como a presteza dos servidores do NEOF em pesquisar e selecionar os empenhos sem cobertura documental.</i>			

<i>Unidade Jurisdicionada</i>			
Denominação completa:			Código SIORG
<i>SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS</i>			<i>001140</i>
<i>Recomendações do OCI</i>			
<i>Recomendações expedidas pelo OCI</i>			
<i>Ordem</i>	<i>Identificação do Relatório de Auditoria</i>	<i>Item do RA</i>	<i>Comunicação Expedida</i>
<i>2</i>	<i>201108858</i>	<i>1.1.4.1</i>	<i>Ofício nº 22.475/2011/CGUAM/CGU-PR</i>
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
<i>SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS</i>			<i>001140</i>
Descrição da Recomendação:			
<i>Recomendamos que seja providenciada a avaliação dos imóveis sob responsabilidade da SR/DPF/AM, com a constância bianual.</i>			
<i>Providências Adotadas</i>			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
<i>NAD/SR/DPF/AM</i>			
Síntese da providência adotada:			
<i>Conforme descrito no Memo. Nº 964/2012-NAD/SR/DPF/AM, de 03 de fevereiro de 2012 foram realizadas as devidas gestões junto a outros Órgãos com a finalidade de serem implementadas as medidas solicitadas pelo Órgão de Controle Interno, porém, até o momento, os órgãos externos a esta Unidade não responderam às solicitações.</i>			

Síntese dos resultados obtidos
<i>Ainda não foi atendida a recomendação por parte do OCI.</i>
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
<i>O fator negativo e que se torna preponderante para que esta UJ adote as providências necessárias ao atendimento da recomendação supracitada deve-se ao fato de que para realizarmos as devidas atualizações necessitamos de documentos expedidos pela Prefeitura local, bem como uma maior colaboração por parte da Superintendência do Patrimônio da União, este último no tocante ao envio de um servidor habilitado para realizar as devidas avaliações.</i>

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS			001140
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201108858	1.1.5.1	Ofício nº 22.475/2011/CGUAM/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS			001140
Descrição da Recomendação:			
<i>Atentar para os valores colocados como estimados nos termos de referência das próximas licitações para que não haja contratação acima da média de mercado e conseqüente descumprimento do princípio da economicidade.</i>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
CPL/SR/DPF/AM			
Síntese da providência adotada:			
<i>A CPL informou através do Memorando nº1321/2012 – CPL/SELOG/DPF/AM, de 12 de março de 2012 que todas as licitações realizadas até o término do último exercício observaram rigorosamente os valores estimados nos termos de referência.</i>			
Síntese dos resultados obtidos			
<i>A recomendação por parte do OCI foi atendida pelo setor.</i>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
<i>O fator positivo para a implementação da recomendação do OCI foi a comunicação clara com a chefia responsável, bem como o caso em questão serviu como um aprendizado no tocante as estimativas dos valores nos termos de referência das próximas licitações.</i>			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS			001140
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201108858	2.1.1.1	Ofício nº 22.475/2011/CGUAM/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS			001140
Descrição da Recomendação:			
<i>É necessário que a SR/DPF/AM observe nos próximos editais de licitação a obrigatoriedade de mencionar os critérios de aceitabilidade de preços máximos, tanto unitários como global.</i>			
Providências Adotadas			

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
CPL/SR/DPF/AM	
Síntese da providência adotada:	
A CPL informou através do Memorando nº1321/2012 – CPL/SELOG/DPF/AM, de 12 de março de 2012 que estão sendo mencionados os preços unitários e globais como limites máximos de aceitabilidade das propostas vencedoras dos certames licitatórios, em conformidade com a legislação pertinente.	
Síntese dos resultados obtidos	
A recomendação por parte do OCI foi atendida pelo setor	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
O fator positivo para a implementação da recomendação do OCI foi a comunicação clara com a chefia responsável, bem como o caso em questão serviu como um aprendizado no tocante as estimativas dos valores nos termos de referência das próximas licitações.	

15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

QUADRO A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS			001140
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201108858	2.1.1.1	Nota Técnica nº 159/2012/CGUAM/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS			001140
Descrição da Recomendação:			
1 – A UJ deve esclarecer os saldos de restos a pagar processados que ainda restam, apesar de não terem suporte documental;			
2 – A Unidade deve adotar uma atitude proativa na administração dos restos a pagar, de modo a evitar saldos inscritos sem suporte documental.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
NEOF/SR/DPF/AM			
Síntese da providência adotada:			
Conforme relatado pela Chefa do NEOF/SR/DPF/AM, ADM Lilibeth, através do Memo. 2198/2012-SELOG/SR/DPF/AM, de 09 de março de 2012, os restos a pagar sem suporte documental foram cancelados. A resposta a esta recomendação foi encaminhada ao OCI através do Ofício 2360/2012-GAB/SR/DPF/AM, protocolada no OCI sob o nº 00203.000408/2012-47.			
Síntese dos resultados obtidos			
A recomendação por parte do OCI foi atendida pelo setor.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O fator positivo para a implementação da recomendação do OCI foi a comunicação clara com a chefia responsável, bem como a presteza dos servidores do NEOF em pesquisar e selecionar os empenhos sem cobertura documental.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS			001140
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201108858	2.1.1.2	Nota Técnica nº 159/2012/CGUAM/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS			001140
Descrição da Recomendação:			
É necessário que a SR/DPF/AM siga o rito do art. 40, §1º, da Lei 8.666/93, ou seja, que o original do edital deverá ser datado, rubricado em todas as folhas e assinado pela autoridade que o expedir, permanecendo no processo de licitação.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
CPL/SR/DPF/AM			
Síntese da providência adotada:			
Conforme relatado pelo presidente da CPL/SR/DPF/AM, ADM Adriano, através do Memo. 1321/2012-CPL/SELOG/SR/DPF/AM, de 12 de março de 2012, que a recomendação acerca do cumprimento do rito do art. 40 está sendo observada A resposta a esta recomendação foi encaminhada ao OCI através do Ofício 2360/2012-GAB/SR/DPF/AM, protocolada no OCI sob o nº 00203.000408/2012-47.			
Síntese dos resultados obtidos			
Foi atendida a recomendação por parte do OCI.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O fator positivo para a implementação da recomendação do OCI foi a comunicação clara com a chefia responsável, bem como o caso em questão serviu como um aprendizado para que, nos próximos certames licitatórios, haja a observância dos iens obrigatórios constantes do art. 40, da Lei 8.666/93.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS			001140
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201108858	2.1.1.3	Nota Técnica nº 159/2012/CGUAM/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS			001140
Descrição da Recomendação:			
Atentar para os valores colocados como estimados nos termos de referência das próximas licitações para que não haja contratação acima da média de mercado e conseqüente descumprimento do princípio da economicidade.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
CPL/SR/DPF/AM			
Síntese da providência adotada:			
A CPL informou através do Memorando nº1321/2012 – CPL/SELOG/DPF/AM, de 12 de março de 2012 que todas as licitações realizadas até o término do último exercício observaram rigorosamente os valores estimados nos termos de referência. A resposta a esta recomendação foi encaminhada ao OCI através do Ofício 2360/2012-GAB/SR/DPF/AM,			

protocolada no OCI sob o nº 00203.000408/2012-47.
Síntese dos resultados obtidos
A recomendação por parte do OCI foi atendida pelo setor.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
O fator positivo para a implementação da recomendação do OCI foi a comunicação clara com a chefia responsável, bem como o caso em questão serviu como um aprendizado no tocante as estimativas dos valores nos termos de referência das próximas licitações.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS			001140
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201108858	2.1.1.4	Nota Técnica nº 159/2012/CGUAM/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS			001140
Descrição da Recomendação:			
Que a SR/DPF/AM encaminhe à CGU/Regional/AM a resposta solicitada no item 7 da SA 253.067/002, de 14.2.2011.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SELOG/SR/DPF/AM			
Síntese da providência adotada:			
Foi encaminhado ao OCI o Ofício nº2357/2012-SELOG/SR/DPF/AM, protocolado no OCI sob o nº 00203.000407/2012-01, com a resposta solicitada.			
Síntese dos resultados obtidos			
A recomendação por parte do OCI foi atendida pelo setor			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
No caso em questão, a análise foi negativa, pois a resposta ao questionamento do OCI foi apoiada pela AGU/AM e já havia sido respondido anteriormente.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS			001140
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201108858	2.1.1.5	Nota Técnica nº 159/2012/CGUAM/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS			001140
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos que seja providenciada a avaliação dos imóveis sob responsabilidade da SR/DPF/AM, com a constância bianual.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG

<i>NAD/SR/DPF/AM</i>
Síntese da providência adotada:
Conforme descrito no Memo. Nº 964/2012-NAD/SR/DPF/AM, de 03 de fevereiro de 2012 foram realizadas as devidas gestões junto a outros Órgãos com a finalidade de serem implementadas as medidas solicitadas pelo Órgão de Controle Interno, porém, até o momento, os órgãos externos a esta Unidade não responderam às solicitações. A resposta a esta recomendação foi encaminhada ao OCI através do Ofício 2360/2012-GAB/SR/DPF/AM, protocolada no OCI sob o nº 00203.000408/2012-47.
Síntese dos resultados obtidos
Ainda não foi atendida a recomendação por parte do OCI.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
O fator negativo e que se torna preponderante para que esta UJ adote as providências necessárias ao atendimento da recomendação supracitada deve-se ao fato de que para realizarmos as devidas atualizações necessitamos de documentos expedidos pela Prefeitura local, bem como uma maior colaboração por parte da Superintendência do Patrimônio da União, este último no tocante ao envio de um servidor habilitado para realizar as devidas avaliações.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS			001140
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201108858	2.1.1.6	Nota Técnica nº 159/2012/CGUAM/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS			001140
Descrição da Recomendação:			
É necessário que a SR/DPF/AM observe nos próximos editais de licitação a obrigatoriedade de mencionar os critérios de aceitabilidade de preços máximos, tanto unitários como global.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
CPL/SR/DPF/AM			
Síntese da providência adotada:			
A CPL informou através do Memorando nº1321/2012 – CPL/SELOG/DPF/AM, de 12 de março de 2012 que estão sendo mencionados os preços unitários e globais como limites máximos de aceitabilidade das propostas vencedoras dos certames licitatórios, em conformidade com a legislação pertinente. A resposta a esta recomendação foi encaminhada ao OCI através do Ofício 2360/2012-GAB/SR/DPF/AM, protocolada no OCI sob o nº 00203.000408/2012-47.			
Síntese dos resultados obtidos			
A recomendação por parte do OCI foi atendida pelo setor			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O fator positivo para a implementação da recomendação do OCI foi a comunicação clara com a chefia responsável, bem como o caso em questão serviu como um aprendizado no tocante as estimativas dos valores nos termos de referência das próximas licitações.			

16. PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

16.1 Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício

QUADRO A.16.1 – INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDA NO EXERCÍCIO

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	201108858
Data do Relatório de Auditoria	09/08/2011
Item do Relatório de Auditoria	1.1.3.1
Comunicação Expedida/Data	Ofício nº 22.475/2011/CGUAM/CGU-PR
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS
Descrição da Recomendação	1 – A UJ deve esclarecer os saldos de restos a pagar processados que ainda restam, apesar de não terem suporte documental; 2 – A Unidade deve adotar uma atitude proativa na administração dos restos a pagar, de modo a evitar saldos inscritos sem suporte documental.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
NEOF/SR/DPF/AM	
Síntese das providências adotadas	
Conforme relatado pela Chefa do NEOF/SR/DPF/AM, ADM Lilibeth, através do Memo. 2198/2012-SELOG/SR/DPF/AM, de 09 de março de 2012, os restos a pagar sem suporte documental foram cancelados	
Síntese dos resultados obtidos	
De acordo com o relato da Chefa do NEOF/Sr/DPF/AM, a recomendação por parte do OCI foi atendida pelo setor.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
O fator positivo para a implementação da recomendação do OCI foi a comunicação clara com a chefia responsável, bem como a presteza dos servidores do NEOF em pesquisar e selecionar os empenhos sem cobertura documental	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	201108858
Data do Relatório de Auditoria	09/08/2011
Item do Relatório de Auditoria	1.1.4.1
Comunicação Expedida/Data	Ofício nº 22.475/2011/CGUAM/CGU-PR
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS
Descrição da Recomendação	Recomendamos que seja providenciada a avaliação dos imóveis sob responsabilidade da SR/DPF/AM, com a constância bianual.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
NAD/SR/DPF/AM	
Síntese das providências adotadas	
Conforme descrito no Memo. Nº 964/2012-NAD/SR/DPF/AM, de 03 de fevereiro de 2012 foram realizadas as devidas gestões junto a outros Órgãos com a finalidade de serem implementadas as medidas solicitadas pelo Órgão de Controle Interno, porém, até o momento, os órgãos externos a esta Unidade não responderam às solicitações.	
Síntese dos resultados obtidos	
Ainda não foi atendida totalmente a recomendação.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
O fator negativo e que se torna preponderante para que esta UJ adote as providências necessárias ao atendimento da	

recomendação supracitada deve-se ao fato de que para realizarmos as devidas atualizações necessitamos de documentos expedidos pela Prefeitura local, bem como uma maior colaboração por parte da Superintendência do Patrimônio da União, este último no tocante ao envio de um servidor habilitado para realizar as devidas avaliações

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	201108858
Data do Relatório de Auditoria	09/08/2011
Item do Relatório de Auditoria	1.1.5.1
Comunicação Expedida/Data	Ofício nº 22.475/2011/CGUAM/CGU-PR
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS
Descrição da Recomendação	Atentar para os valores colocados como estimados nos termos de referência das próximas licitações para que não haja contratação acima da média de mercado e conseqüente descumprimento do princípio da economicidade.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CPL/SR/DPF/AM	
Síntese das providências adotadas	
A CPL informou através do Memorando nº1321/2012 – CPL/SELOG/DPF/AM, de 12 de março de 2012 que todas as licitações realizadas até o término do último exercício observaram rigorosamente os valores estimados nos termos de referência.	
Síntese dos resultados obtidos	
A recomendação por parte do OCI foi atendida pelo setor.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
O fator positivo para a implementação da recomendação do OCI foi a comunicação clara com a chefia responsável, bem como o caso em questão serviu como um aprendizado no tocante as estimativas dos valores nos termos de referência das próximas licitações.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	201108858
Data do Relatório de Auditoria	09/08/2011
Item do Relatório de Auditoria	2.1.1.1
Comunicação Expedida/Data	Ofício nº 22.475/2011/CGUAM/CGU-PR
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS
Descrição da Recomendação	É necessário que a SR/DPF/AM observe nos próximos editais de licitação a obrigatoriedade de mencionar os critérios de aceitabilidade de preços máximos, tanto unitários como global.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
CPL/SR/DPF/AM	
Síntese das providências adotadas	
A CPL informou através do Memorando nº1321/2012 – CPL/SELOG/DPF/AM, de 12 de março de 2012 que estão sendo mencionados os preços unitários e globais como limites máximos de aceitabilidade das propostas vencedoras dos certames licitatórios, em conformidade com a legislação pertinente.	
Síntese dos resultados obtidos	
A recomendação por parte do OCI foi atendida pelo setor	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

O fator positivo para a implementação da recomendação do OCI foi a comunicação clara com a chefia responsável, bem como o caso em questão serviu como um aprendizado no tocante as estimativas dos valores nos termos de referência das próximas licitações.

16.2 Recomendações da unidade de controle interno ou de Auditoria Interna pendentes de atendimento

QUADRO A.16.2 – INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DE UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA PENDENTE DE ATENDIMENTO NO FINAL DO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Obs: A informação acerca do quadro desta página encontra-se no item introdução deste relatório.

**PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 –
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO**

17. **PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
 DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
 COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
 SERVIÇO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação Completa (UJ):	Código da UG:
SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DE AM – SR/AM/DPF	200382 - 200383
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO, em relação à UG 200382, no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal; - o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e - a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Brasília/DF	Data: 13/02/2012
Contador Responsável:	
GLADSTON GUIMARÃES NAVES	CRC nº DF-12534/O-8

18. PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

18.1 Análise Crítica das Demonstrações Contábeis da Administração Pública Federal Direta

Obs: A informação acerca da análise crítica acima encontra-se no item introdução deste relatório.

19. PARTE B, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

19.1 Análise Crítica das Demonstrações Contábeis das Empresas Estatais

Obs: A informação acerca da análise crítica acima se encontra no item introdução deste relatório

20. PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN Nº 108, DE 24/11/2010.

20.1 Composição Acionária do Capital Social

QUADRO B.4.1 - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

20.2 Composição Acionária da UJ como investidora

Obs: A informação acerca do quadro desta página, bem como a respectiva composição acionária encontra-se no item introdução deste relatório